

# Chegam muitas sugestões para a Constituinte

A instauração da pena de morte no País, a redução do tempo de serviço para aposentadoria, o fim das mordomias, pedidos de instruções sobre como participar da Assembleia Nacional Constituinte e até mesmo um "esboço de anteprojeto para a confecção da Carta Magna pela Nova República", são algumas das quase 200 sugestões para a comissão constitucional recebidas pelo Palácio do Planalto e pelo Ministério da Justiça ao longo dos últimos três meses.

Arquivados cuidadosamente pelo jornalista Mauro Santayana, secretário executivo, estes primeiros sinais do interesse da população no trabalho da comissão serão encaminhados a seus membros, ao lado de outros que deverão chegar nos próximos meses. Seus autores vão desde entidades como a OAB - que não apresentou sugestões, mas enviou documentos marcando sua posição contrária à Constituinte - até cidadãos comuns, alguns deles com propostas bastante curiosas.

Até agora, apenas uma de Belém (PA) - Santayana pede que os nomes dos autores sejam mantidos em sigilo - deu-se ao trabalho de elaborar um anteprojeto de Constituição.

Com o preâmbulo "Todo poder emana de Deus e é manifestado na vontade do povo, em nome do qual é exercido", o esboço propõe, de saída, a alteração dos nomes dos poderes da União, que passariam a ser Executivo, Legislativo (o atual Juridário) e Parlamentar (o atual Legislativo). A justificativa é de que esta substituição visa o "fortalecimento" dos poderes.

A contribuição paraense dá uma atenção especial ao sistema federativo e chega a sugerir, em seu artigo II, que a República Federativa do Brasil, "estabelecida pela união indissolúvel de seus 23 Estados, Distrito Federal e Territórios, poderá ter sua estrutura alterada por lei especial para criação de 23 outros Estados". Mais adiante alinha entre as "Atribuições do Presidente da República", a de "desfazer a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara".

O objetivo da Constituição é definido no artigo IV: "Não visa esta Constituição modificar as leis, mas fazê-las cumprir, nem demolir palácios para construir outros, mas preservar o patrimônio". Os objetivos da Nova República são, segundo o anteprojeto, o desenvolvimento político, econômico e social, tendo como metas principais a dívida externa, o combate à inflação e à "recessão".

Em 61 artigos, o esboço atribui à União o dever de extinguir as mordomias, as subvenções e os incentivos fiscais "para gerar, enfim, condições que visem única e exclusivamente o bem-estar de todos e a felicidade geral da Nova República". Os episódios de brigas entre parlamentares também são uma preocupação, pois a primeira atribuição do Poder Parlamentar é "manter um clima de cordialidade entre seus pares".



Além de propor outras medidas, como a criação do Ministério da Polícia, o anteprojeto encerra-se com artigo determinando o estabelecimento de "um instrumento de amparo à família no que concerne às compras pelo sistema crediário".

Grande parte das sugestões encaminhadas mostra preocupação com a representatividade da comissão e da própria Assembleia Nacional Constituinte. "Na qualidade de cidadão brasileiro", um paulista sugere que a comissão solicite a todos os grupos representativos da sociedade - sindicatos, entidades e partidos - o envio de anteprojeto de Constituição, "de acordo com seu ponto de vista ou interesses". Ele argumenta que o trabalho da comissão deve ser "o espelho do que deseja a sociedade".

Nesse mesmo sentido, um advogado mineiro sugere uma "ampla consulta, de Norte a Sul do País". Só que os consultados, seriam "todos os advogados e elementos formados em Direito do País". Um professor de São Paulo propõe um "mutirão cívico" em torno da Constituinte. Ele deseja contribuir "para que a nova Constituição esteja livre dos erros do passado, principalmente em Ciência e Tecnologia".

A pena de morte para crimes de estupro, latrocínio, assassinato, de policial para fugir à prisão e seqüestro com morte da vítima é proposta pela Associação dos Motoristas da Prefeitura do Município de São Paulo, que sugere também a redução do tempo de serviço do servidor público de 35 para 30 anos.

Mas a vasta correspondência recebida não se reduz a sugestões. Um bacharel em Direito de Araçatuba (SP), por exemplo, quer saber como proceder para tomar parte na Constituinte. As reclamações e críticas também estão presentes: o presidente da Comissão de Justiça e Paz de Vitória (ES) manifesta "grave apreensão com o encaminhamento vertical e autoritário que está sendo dado ao tema Constituinte".

Reclamações mais numerosas, no entanto, são da Igreja Assembleia de Deus, que em maio encaminhou pedido para que tivesse dois representantes na comissão. Como não tiveram notícias de serem atendidos, membros da Igreja mandaram numerosos telex nos meses seguintes, manifestando seu inconformismo.

Pedidos para inclusão de nomes na comissão, aliás, ocupam grande espaço nos arquivos de Santayana.

ANC  
X